

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório dos Auditores Independentes da **SCOR Brasil Resseguros S.A.** relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **A empresa:** A SCOR Brasil Resseguros S.A., empresa do Grupo SCOR sediado em Paris-França, iniciou suas atividades no Brasil em agosto de 2014, após autorização da SUSEP para operar com resseguros de vida e de danos em ramos de seguros tradicionais. O Grupo possui também autorizações para operar como resseguradora admitida, através da SCOR Global Life Americas Reinsurance Company e da

SCOR Reinsurance Company e resseguradora eventual através da SCOR Global P&C SE. **Desempenho operacional:** Durante o exercício de 2018, os resultados técnicos e não técnicos estão em linha ao planejado. **Perspectivas:** O Grupo SCOR enxerga o mercado brasileiro como um dos mercados emergentes importantes em resseguros, com potencial para gerar negócios significativos nos próximos anos. A estratégia da Companhia é de manter prudente política de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, controle efetivo das despesas administrativas, focando na solvência, lucratividade, inovação e nas boas práticas de mercado que caracterizam a SCOR em sua atividade global.

**Agradecimentos:** A SCOR Brasil Resseguros agradece a seus acionistas, parceiros de negócios, corretores de resseguros e clientes, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança em nossa administração e apoio dedicados à empresa. A todos os nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019

**A Diretoria**

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)			
	Nota	2018	2017
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>435.526</b>	<b>244.286</b>
Disponível		858	178
Equivalente de Caixa	4	8.558	21.111
<b>Aplicações</b>	5	<b>102.341</b>	<b>53.007</b>
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b>	7	<b>157.894</b>	<b>78.439</b>
Operações com Seguradoras		152.777	70.751
Operações com Resseguradoras		5.117	7.688
<b>Ativos de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas</b>	9	<b>150.277</b>	<b>88.790</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>14.641</b>	<b>2.069</b>
Títulos e Créditos a Receber		31	25
Créditos Tributários e Previdenciários	6	14.322	1.697
Outros Créditos		288	347
<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>12</b>	<b>7</b>
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>		<b>945</b>	<b>685</b>
Resseguros		945	685
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>212.346</b>	<b>139.191</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>209.842</b>	<b>135.553</b>
<b>Aplicações</b>	5	<b>209.823</b>	<b>135.414</b>
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b>	7	<b>19</b>	<b>139</b>
Operações com Seguradoras		19	139
<b>Imobilizado</b>	8	<b>2.465</b>	<b>3.557</b>
Bens Móveis		2.465	3.557
<b>Intangível</b>		<b>39</b>	<b>81</b>
Outros Intangíveis		39	81
<b>Total do Ativo</b>		<b>647.872</b>	<b>383.477</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)			
	Nota	2018	2017
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>525.937</b>	<b>280.532</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>7.948</b>	<b>6.392</b>
Obrigações a Pagar		3.556	4.546
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		910	682
Encargos Trabalhistas		807	729
Impostos e Contribuições		2.675	435
<b>Débitos de Operações Com Seguros e Resseguros</b>	10	<b>217.032</b>	<b>51.880</b>
Operações com Seguradoras		-	(14)
Operações com Resseguradoras		162.564	51.070
Corretoras de Seguros e Resseguros		1.145	824
Outros Débitos Operacionais		53.323	-
<b>Provisões Técnicas - Resseguradoras</b>	12	<b>299.390</b>	<b>220.795</b>
<b>Outros Débitos</b>		<b>1.567</b>	<b>1.465</b>
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>520</b>	<b>382</b>
<b>Provisões Técnicas - Resseguradoras</b>	12	<b>520</b>	<b>382</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	17	<b>121.415</b>	<b>102.563</b>
Capital Social		100.000	100.000
Reservas de Lucros		19.064	772
Ajuste de Avaliação Patrimonial		2.351	1.791
<b>Total do Passivo</b>		<b>647.872</b>	<b>383.477</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)**

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Ajuste TVM	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>100.000</b>	-	-	<b>465</b>	<b>(3.428)</b>	<b>97.037</b>
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	1.326	-	1.326
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.421	4.421
<b>Proposta para distribuição do lucro líquido do exercício:</b>						
Reserva Legal	-	221	-	-	(221)	-
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	(221)	(221)
Outras Reservas de Lucro	-	-	-	-	(551)	(551)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>100.000</b>	<b>221</b>	<b>551</b>	<b>1.791</b>	<b>-</b>	<b>102.563</b>
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	560	-	560
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.254	19.254
<b>Proposta para distribuição do lucro líquido do exercício:</b>						
Reserva Legal	-	963	-	-	(963)	-
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	(962)	(962)
Outras Reservas de Lucro	-	-	-	-	(17.329)	(17.329)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>100.000</b>	<b>1.184</b>	<b>17.880</b>	<b>2.351</b>	<b>-</b>	<b>121.415</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional:** A SCOR Brasil Resseguros S.A. ("Companhia") foi constituída em 10 de março de 2014, e em 26 de agosto de 2014 obteve a homologação da SUSEP, tendo assim iniciada as suas operações de contratos de resseguros a partir de 1º de novembro de 2014. A Companhia tem sua sede e escritório localizados na Rua São Bento, nº 18, sala 1301, parte, Centro, CEP 20090-010, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e filial localizada na Rua Luigi Galvani, nº 70, 12º andar, Cidade Monções, São Paulo, ambos no Brasil. O capital social da Companhia é constituído por 100.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, tendo como acionistas a SCOR Brasil Participações Ltda., com 99.999 ações, e a SCOR Global P&C SE com uma ação ordinária. A Companhia tem por objeto a operação com resseguros e retrocessão em todos os ramos, em todo o território nacional. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 27 de fevereiro de 2019. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações; os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". a. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; e (iii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. b. Continuidade: A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. d. Estimativas contábeis críticas e julgamentos: A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Ativos financeiros; • Avaliação de ativos e passivos de contratos de resseguros e provisões técnicas; • Avaliação da redução ao valor recuperável de prêmios a receber e sinistros a recuperar; • Provisão para contingências; • Teste de adequação dos passivos; e • Prêmios a receber e retrocedidos (EPI). e. Segregação entre circulante e não circulante: A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. f. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: O IFRS 9 - Instrumentos financeiros foi emitido em novembro de 2009, e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O CPC convergiu este novo pronunciamento no CPC 48 Instrumentos Financeiros, divulgado em dezembro de 2016. A norma seria efetiva para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, porém ainda não foi homologada pela SUSEP. O IASB emitiu em maio de 2014, o novo pronunciamento de reconhecimento de receita: O IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. O CPC convergiu este novo pronunciamento no CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, divulgado em dezembro de 2017. O novo pronunciamento cria uma única norma para reconhecimento de receita aplicável a todas as companhias em todos os segmentos, exceto para contratos de seguros. A criação de uma única norma representa uma mudança significativa da prática atual, que contém diversas literaturas específicas para indústrias e transações. A norma seria efetiva para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, porém ainda não foi homologada pela SUSEP em janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 "Arrendamentos". A nova norma requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. O CPC convergiu este novo pronunciamento no CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, divulgado em dezembro de 2017. A norma será aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019, porém a segunda revisão (R2) ainda não foi homologada pela SUSEP. O IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 será aplicável a partir de 01 de janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada, porém ainda não foi homologada pela SUSEP. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e a Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: a. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aplicação e vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado, e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas. b. Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros: A classificação dos ativos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos. Todos os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pela instituição financeira administradora desse fundo. Os títulos públicos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A Companhia classifica os ativos financeiros de acordo com as categorias a seguir: *i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Os instrumentos financeiros desta categoria são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas não reconhecidas no "Resultado financeiro". Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* Ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, em contrapartida ao resultado, deduzidas de eventuais reduções no valor recuperável (*impairment*). A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificável nesta categoria em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são classificados como mantidos até o vencimento ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo,

sendo os juros calculados como o uso do método da taxa de juros efetiva e reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras e os ganhos ou perdas não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado abrangente (líquido de efeitos tributários). Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda ou depreciação significativa do valor de mercado (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". *iv. Hierarquia de mensuração do valor justo:* Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro; Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos; Nível 3: Modelos de precificação nos quais as transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. c. Prêmios de resseguros e custo amortizado diferido: Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos e as despesas de comercialização correspondentes às operações de resseguro são registrados na data de início de vigência dos contratos. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes auferidos pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e revertidos no momento em que são recebidas as prestações de contas com os valores efetivos enviados pelas cedentes, fato gerador da emissão de prêmios de resseguros. Essas estimativas são recalculadas mensalmente. Os prêmios de resseguro, os prêmios cedidos em retrocessão e as correspondentes despesas e receitas de comercialização, são apropriados ao resultado ao longo do período de cobertura dos riscos ressegurados. d. Mensuração dos contratos de retrocessão: Os prêmios de retrocessão são lançados no mesmo período dos prêmios de resseguro e são contabilizados no resultado, na rubrica "Resultado com Operações de Retrocessões". Os contratos de retrocessão firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição da Companhia. e. Redução ao valor recuperável: *i. Operações de resseguro e de retrocessão:* A metodologia utilizada na avaliação de "impairment" sobre operações de resseguro considera critérios quantitativos e qualitativos, a cada encerramento de trimestre. Para operações de resseguro, é apurado o saldo total a receber por cedente, e é avaliada a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável somente sobre o saldo vencido a partir de 1 ano, o qual é balanceado pelo saldo de provisão de sinistros a liquidar. Para operações de retrocessão, é aplicada a mesma regra, e o saldo é balanceado com garantias e recursos retidos. As premissas quantitativas aplicadas são as seguintes: evolução do débito, risco de crédito da cedente e status do cliente. As premissas qualitativas aplicadas são as seguintes: reputação da cedente, e outras informações como negociação em andamento e materialidade dos saldos envolvidos. *ii. Ativos financeiros:* A Companhia avalia no final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que um instrumento financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado, observando se o valor de mercado atual dos ativos financeiros é substancialmente inferior ao valor de custo amortizado, e se há evidência objetiva de deterioração do valor recuperável para os ativos classificados como disponíveis para venda ou como mantidos até o vencimento. Caso o instrumento financeiro esteja deteriorado ou "impaired", a Companhia avaliará se o emissor ou devedor possui histórico de perdas e inadimplência, se é provável que a contraparte entre em concordata ou falência, ou não esteja cumprindo com os termos contratuais. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros, o prejuízo cumulativo será imediatamente contabilizado no resultado do período. *iii. Ativos não financeiros:* Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. f. Contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido em até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), ou no passivo não circulante se este período for superior a um ano. O contas a pagar é, inicialmente, reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, é normalmente reconhecido pelo valor das faturas correspondentes. g. Provisões técnicas: As provisões técnicas são constituídas conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e a Circular SUSEP nº 517/2015 e respectivas alterações vigentes, que dispõem sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras e resseguradoras. *i. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):* É constituída pela parcela dos prêmios correspondentes aos períodos de riscos não decorridos dos contratos. Esta provisão é calculada levando em consideração o tipo de contrato de resseguro e segue as orientações da SUSEP ao mercado sobre provisões técnicas de resseguradores locais. *Contratos Facultativos:* O cálculo da PPNG para os contratos facultativos é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro até o final da vigência do risco. Entre a emissão do contrato e o início de vigência do risco, a PPNG corresponde ao valor do prêmio de resseguro. O prêmio é ganho em função da data-base, da data de início de vigência do contrato e do tempo de cobertura do contrato. *Contratos Proporcionais:* *Risk Attaching ou Riscos Iniciados:* o cálculo da PPNG para os contratos proporcionais do tipo *Risk Attaching* consiste no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido em cada mês pelo prazo de vigência padrão das apólices. Para efetuar o cálculo, enquanto não estiverem disponíveis informações efetivas dos riscos assumidos, são utilizadas estimativas de prêmio total e do prêmio emitido mensal (prêmio total dividido pelo número de meses do contrato). A vigência das apólices de seguro adotada para o cálculo é informada pela cedente para cada contrato. Esta vigência padrão é utilizada como prazo de diferimento do prêmio de resseguro emitido em cada mês. *Loss Occuring ou Base de Ocorrência de Sinistros:* o prêmio emitido dos contratos proporcionais do tipo *Loss Occuring* é definido em função da parcela do prêmio estimado total de cada contrato relativa à exposição a que está sujeito, com base nas apólices de seguros emitidas até o mês de cálculo. A PPNG é calculada de forma que os prêmios de resseguro sejam ganhos homoganeamente durante a vigência dos contratos. *Contratos Não Proporcionais:* *Risk Attaching ou Riscos Iniciados:* o prêmio de resseguro para os contratos não proporcionais do tipo *Risk Attaching* é registrado, inicialmente, com base no valor do prêmio mínimo do contrato. Entre a emissão do contrato e o início de vigência do risco, a PPNG corresponde ao valor do prêmio de resseguro emitido. O prêmio ganho é determinado com base na duração do contrato e das apólices cobertas. O prêmio não é ganho linearmente, mas em função da evolução da exposição ao risco (método de "1/N avos"), uma vez que as apólices adicionadas ao contrato são consideradas emitidas linearmente ao longo da sua duração. *Loss Occuring ou Base de Ocorrência de Sinistros:* o cálculo da PPNG para os contratos não proporcionais do tipo *Loss Occuring* é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido até o final da vigência do risco, neste caso pelo prazo de vigência do contrato. O prêmio de resseguro é registrado, inicialmente, com base no valor do prêmio mínimo do contrato. *ii. Provisão de Prêmios Não Ganhos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-FVNE):* A Companhia tem a informação dos prêmios vigentes e não emitidos a cada mês. Este prêmio é contabilizado como prêmio FVNE. A PPNG relativa a estes prêmios é calculada conforme descrito no item i - *Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)*. *iii. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PM-BAC):* A PMBAC é constituída para contratos de resseguro de produtos de seguro de vida individual abrangendo os compromissos assumidos pela resseguradora para operações estruturadas no regime financeiro de capitalização, conforme as regras do contrato de seguro e de resseguro. É calculada pela diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente dos prêmios futuros. *iv. Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL):* A PSL é constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. Os valores são provisionados com base nas informações recebidas das cedentes. A Companhia pode considerar alguma informação adicional, como, por exemplo, se for parte de ação judicial. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não foi identificada existência de processos judiciais.

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)			
	Nota	2018	2017
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>			
Prêmios Emitidos	20.a	317.323	257.648
(-) Variações das Provisões Técnicas		(30.564)	(9.810)
<b>(=) Prêmios Ganhos</b>		<b>286.759</b>	<b>247.838</b>
(-) Sinistros Ocorridos	20.b	(182.427)	(190.824)
(-) Custos de Aquisição		(933)	(721)
(-) Outras Receitas e Despesas Operacionais		(2.262)	(79)
(-) Resultado com Retrocessão	20.c	(52.861)	(38.810)
(-) Despesas Administrativas	20.d	(21.876)	(18.962)
(-) Despesas com Tributos	20.e	(7.044)	(6.244)
<b>(+) Resultado Financeiro</b>	20.f	<b>13.618</b>	<b>15.168</b>
<b>(=) Resultado Operacional</b>		<b>32.974</b>	<b>7.366</b>
(+/-) Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		-	(17)
<b>(=) Resultado Antes dos Impostos e Participações</b>		<b>32.974</b>	<b>7.349</b>
(-) Imposto de Renda	16	(7.583)	(1.591)
(-) Contribuição Social	16	(6.086)	(1.292)
(-) Participações sobre o Lucro		(51)	(45)
<b>(=) Lucro do exercício</b>		<b>19.254</b>	<b>4.421</b>
(/) Quantidade de Ações		100.000	100.000
<b>(=) Lucro por ação - R\$</b>		<b>192.54</b>	<b>44.21</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)**

	2018	2017
<b>Lucro do exercício</b>	<b>19.254</b>	<b>4.421</b>
Variação no valor justo de ativo financeiros disponíveis para venda	663	2.410
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado abrangente	(103)	(1.084)
Resultado abrangente	560	1.326
<b>Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos</b>	<b>19.814</b>	<b>5.747</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)**

	2018	2017
<b>Atividades Operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	19.254	4.421
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.153	1.104
Marcação a mercado de ativos financeiros	561	1.326
Crédito tributário	-	(71)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(24)	79
Perda na alienação de imobilizado e intangível	-	17
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(123.743)	(73.722)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(79.311)	20.939
Ativos de Resseguro	(61.487)	(3.398)
Créditos Tributários e Previdenciários	(12.625)	-
Despesas antecipadas	(5)	805
Custos de Aquisição Diferidos	(260)	(439)
Outros Ativos	53	(146)
Impostos e contribuições	2.240	(949)

20% para *hardwares* e *softwares*. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** O saldo desta rubrica refere-se, basicamente, a depósitos em conta corrente, conta corrente em moeda estrangeira e aplicações em fundos de investimentos atrela dos à taxa CDI.

	2018	2017
Bancos	858	178
Fundos de investimentos - não vinculados	8.558	21.111
	<b>9.416</b>	<b>21.289</b>

A Companhia registra em equivalentes de caixas os fundos de investimentos não exclusivos, que possuem alta liquidez e são efetivamente utilizados para gestão do fluxo de caixa. Os fundos já estão registrados ao valor de mercado. **5. Aplicações:** As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos, por:

a. Composição:

	2018	2017
<b>Equivalentes de caixa</b>		
Quotas de fundos de investimentos	8.558	21.111
<b>Títulos disponíveis para venda</b>		
Tesouro Prefixado - LTN	312.164	188.421
<b>Total de aplicações</b>	<b>320.722</b>	<b>209.532</b>
Total circulante	110.899	74.118
Total não circulante	209.823	135.414

b. Movimentação das aplicações financeiras:

	2017	Aplicações	Rendimentos/Atualizações	Resgates	Marcação a Mercado	2018
<b>Equivalentes de caixa</b>						
Quotas de Fundos de Investimentos	21.111	103.578	1.388	(117.519)	-	8.558
<b>Títulos disponíveis para venda</b>						
Tesouro Prefixado - LTN	188.421	165.153	16.474	(58.547)	663	312.164
	<b>209.532</b>	<b>268.731</b>	<b>17.862</b>	<b>(176.066)</b>	<b>663</b>	<b>320.722</b>

c. Classificação dos ativos financeiros:

	2018				2017			
	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Valor de mercado	%	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Valor de Mercado	%
<b>Equivalentes de caixa</b>								
Quotas de fundos de investimentos	8.558	-	8.558	2,7%	21.111	-	21.111	4,8%
<b>Títulos disponíveis para venda</b>								
LTN	308.246	3.918	312.164	97,3%	185.166	3.255	188.421	95,2%
	<b>316.804</b>	<b>3.918</b>	<b>320.722</b>	<b>100%</b>	<b>206.277</b>	<b>3.255</b>	<b>209.532</b>	<b>100%</b>

d. Taxas de juros contratadas:

	2018				2017				
Título	Classe	Taxa de juros contratada	Valor de mercado	%	Título	Classe	Taxa de juros contratada	Valor de mercado	%
Cotas	Fundos de investimentos	SELIC/CDI	8.558	2,7%	LTN	Fundos de investimentos	SELIC/CDI	21.111	10,1%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 6% a 8% a.a.	204.962	63,9%	LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 6% a 8% a.a.	57.600	27,5%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 8% a 10% a.a.	86.303	26,9%	LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 8% a 10% a.a.	80.413	38,4%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 10% a 12% a.a.	20.899	6,5%	LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 10% a 12% a.a.	27.048	12,9%
			<b>320.722</b>	<b>100%</b>	LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 12% a 14% a.a.	23.360	11,1%
							<b>209.532</b>	<b>100,0%</b>	

e. Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título.

	2018				2017					
	Sem vencimento	Em até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Total	Sem vencimento	Em até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Total
<b>Equivalentes de caixa</b>										
Quotas de Fundos de Investimentos	8.558	-	-	-	8.558	21.111	-	-	-	21.111
<b>Títulos disponíveis para venda</b>										
Tesouro Pré-fixado - LTN	-	102.341	159.279	50.544	312.164	-	53.007	63.558	71.856	188.421
		<b>8.558</b>	<b>102.341</b>	<b>159.279</b>	<b>50.544</b>	<b>209.532</b>				

f. Hierarquia do valor justo: A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos instrumentos financeiros registrados pelo valor justo:

	2018				2017					
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Equivalentes de caixa</b>										
Quotas de Fundos de Investimentos	-	8.558	-	-	8.558	-	8.558	-	-	8.558
<b>Títulos disponíveis para venda</b>										
Tesouro Prefixado - LTN	312.164	-	312.164	-	312.164	312.164	-	312.164	-	312.164
	<b>312.164</b>	<b>8.558</b>	<b>320.722</b>		<b>320.722</b>	<b>312.164</b>	<b>8.558</b>	<b>312.164</b>	<b>8.558</b>	<b>320.722</b>

6. Créditos tributários e previdenciários: a. Composição dos créditos tributários:

	2018	2017
Tributos a compensar	14.277	535
Tributos retidos na fonte	45	102
Antecipação de IRPJ e CSLL	-	1.060
<b>Total</b>	<b>14.322</b>	<b>1.697</b>
Total ativo circulante	14.322	1.697

b. Movimentação dos créditos tributários:

	2017	Constituições	Baixas	2018
Tributos a compensar	535	13.762	(20)	14.277
Tributos retidos na fonte	102	7	(64)	45
Antecipação de IRPJ e CSLL	1.060	10.680	(11.740)	45
	<b>1.697</b>	<b>24.449</b>	<b>(11.824)</b>	<b>14.322</b>

7. Crédito das operações com seguros e resseguros: a. Composição:

	2018	2017
Prêmios efetivos de resseguros	14.441	11.515
Prêmios estimados de resseguros	215.116	100.640
(-) Comissões estimadas de resseguros	(55.500)	(20.615)
<b>Subtotal</b>	<b>174.057</b>	<b>91.540</b>
Outros créditos (i)	19.647	(16.029)
Créditos de sinistros pagos a recuperar	3.572	3.146
Redução ao valor recuperável	(69)	(79)
<b>Total</b>	<b>157.913</b>	<b>78.578</b>
Total circulante	157.894	78.439
Total não circulante	19	139

(i) Refere-se a saldos de contas técnicas transitórias de valores pendentes de processamento.

b. Movimentação dos prêmios a receber e EPI (Estimate Premium Income):

	2018	2017
Saldo inicial	91.540	99.596
Constituição	317.323	257.648
(-) Recebimento	(234.806)	(265.704)
<b>Total</b>	<b>174.057</b>	<b>91.540</b>

Os valores apresentados estão líquidos de comissão da cedente. c. Composição dos prêmios a receber e retrocedidos:

	2018	2017
Prêmios a receber	188.421	188.421
Prêmios retrocedidos	(188.421)	(21.111)
<b>Total</b>	<b>174.057</b>	<b>167.310</b>

d. Prêmios a receber por prazo de vencimento:

	2018	2017
Vencido:		
de 0 a 90 dias	4.439	3.107
de 91 a 180 dias	82	194
de 1 a 2 anos	194	194
A vencer:		
de 0 a 90 dias	162.715	82.820
de 91 a 180 dias	3.355	2.765
de 181 a 360 dias	3.253	2.515
Acima de 360 dias	19	139
<b>Total</b>	<b>174.057</b>	<b>167.310</b>

O prêmio da Companhia é registrado em bases estimadas e efetivas e liquidado pelas cedentes por meio de prestações de contas, em sua maioria, trimestrais, sendo este o período médio de parcelamento dos prêmios e outros recebíveis operacionais. Cada contrato tem o prazo de um ano, a partir de sua primeira prestação de contas, para liquidação de todas suas operações. **8. Ativo Imobilizado:** Composto principalmente por móveis, equipamento de escritórios e benfeitorias em imóveis de terceiros alocados nos dois escritórios da Companhia, nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, os ativos imobilizados estão valorizados ao custo de aquisição e depreciação calculada segundo o método linear conforme o período de vida útil estimada dos ativos, mencionada na nota explicativa 3.k.iv.

a. Composição:

	2018	2017
<b>Bens móveis</b>		
Equipamentos	570	555
Móveis, máquinas e utensílios	20	16
<b>Outras imobilizações</b>		
Outras imobilizações	4.189	4.189
(-) Depreciação acumulada	(2.314)	(1.203)
<b>Total</b>	<b>2.465</b>	<b>3.557</b>

b. Movimentação do ativo imobilizado:

	2017	Entrada	Depreciação acumulada	2018
<b>Bens móveis</b>				
Equipamentos	318	14	(112)	220
Móveis, máquinas e utensílios	13	4	(2)	15
<b>Outras imobilizações</b>				
Outras imobilizações	3.226	-	(996)	2.230
	<b>3.557</b>	<b>18</b>	<b>(1.110)</b>	<b>2.465</b>

9. Ativos de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas: a. Composição dos ativos de retrocessão:

	2018	2017
Provisão para prêmio não ganho	75.123	63.844
(-) Comissões diferidas de retrocessão cedida	(21.244)	(17.240)
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	41.181	32.576
Sinistros pendentes de pagamento retrocessão	54.989	9.517
Corretagem cedida	228	93
<b>Total de ativos de retrocessão</b>	<b>150.277</b>	<b>88.790</b>

b. Movimentação dos ativos de retrocessão:

	2017	Constituição	Reversão	Pagamento	2018
<b>Ativos de retrocessão cedida</b>					
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	46.604	67.322	(60.047)	-	53.879
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	32.576	34.813	(26.208)	-	41.181
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	9.517	60.918	(15.421)	(25)	54.989
Corretagem a receber	93	374	(153)	(86)	228
<b>Total</b>	<b>88.790</b>	<b>163.427</b>	<b>(101.829)</b>	<b>(111)</b>	<b>150.277</b>

10. Débitos de Operações com Seguros e Resseguros: a. Composição:

	2018	2017
Prêmio retrocedido a pagar	(244.767)	(76.155)
(-) Comissões retrocedidas	82.329	25.152
<b>Subtotal</b>	<b>(162.438)</b>	<b>(51.003)</b>
Corretagem diferida cedida	(126)	(67)
Corretagem de resseguros a pagar	(1.145)	(824)
Outros débitos operacionais (i)	(53.323)	14
<b>Total</b>	<b>(217.032)</b>	<b>(51.880)</b>
Total circulante	(217.032)	(51.880)

(i) Refere-se a saldos de contas técnicas transitórias de valores pendentes de processamento.

b. Movimentação dos débitos de operações com seguros e resseguros:

	2018	2017
Saldo inicial	(51.003)	(115.214)
Constituição	(114.826)	(90.491)
(-) Pagamento	3.390	154.702
<b>Total (*)</b>	<b>(162.438)</b>	<b>(51.003)</b>

(\*) Refere-se a saldos de prêmios de retrocessão a pagar, líquidos de comissões, pendentes de processamento e de regulação compartes relacionadas.

11. Transações com partes relacionadas: A Administração identificou com partes relacionadas à Companhia, as seguintes empresas do grupo: SCOR Brasil Participações Ltda., SCOR Reinsurance Company, SCOR Global Life Americas Company, Essor Seguros S.A. além de seus administradores, conselheiros da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. a. Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Administradores (i)</b>	-	(659)	-	(628)
<b>SCOR Reinsurance Company</b>	<b>74.640</b>	<b>(94.020)</b>	<b>91.443</b>	<b>(51.015)</b>
Operações de retrocessão (iii)	74.633	(94.008)	91.438	(51.003)
Cost sharing agreement (ii)	7	(12)	5	(12)
<b>SCOR Global P&amp;C SE</b>	<b>80.636</b>	<b>(67.305)</b>	<b>9.352</b>	-
Operações de retrocessão (iii)	80.636	(67.305)	9.352	-
<b>SCOR Global Life Americas Company</b>	<b>18</b>	<b>(3)</b>	<b>147</b>	<b>(6)</b>
Cost sharing agreement (ii)	18	(3)	147	(6)
<b>SCOR Brasil Participações Ltda.</b>	<b>6</b>	-	<b>70</b>	<b>5</b>
Cost sharing agreement (ii)	6	-	70	5
<b>SCOR SE (Paris)</b>	-	(779)	(917)	(135)
Share Award Plan (iv)	-	(779)	(810)	(135)
Parental guarantees (vi)	-	-	(107)	-
<b>Essor Seguros S.A.</b>	<b>106.481</b>	<b>(181.640)</b>	<b>93.479</b>	<b>(135.909)</b>
Operações de resseguro (v)	106.481	(11.640)	93.479	(135.909)
<b>Total</b>	<b>261.781</b>	<b>(344.406)</b>	<b>35.615</b>	<b>128.473</b>

(i) Remuneração a pagar. (ii) Corresponde ao acordo de compartilhamento de custos entre as empresas, a partir do qual são rateadas as despesas relativas à infraestrutura administrativa considerando um critério preestabelecido entre as partes. (iii) Refere-se a transações de retrocessão. (iv) Refere-se ao programa de bonificação de funcionários através da concessão de ações da SCOR SE (Paris). O valor será reembolsado pela Companhia à sua matriz. (v) Refere-se a transações de resseguro. (vi) Refere-se à garantia alocada pela SCOR SE (Paris) à Companhia. b. Outras informações: Conforme legislação em vigor, sociedades supervisionadas pela SUSEP não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

• Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

12. Provisões Técnicas:

	2018	2017
<b>Provisões técnicas</b>		
(+) Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	88.715	73.354
(+) Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	125.267	106.952
(+) Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	73.047	38.414
(+) Provisão de excedentes técnicos (PET)	12.601	2.457
(+) Provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC)	280	-
<b>Total das provisões técnicas</b>	<b>299.910</b>	<b>221.177</b>
Total circulante	299.390	220.795
Total não circulante	520	382

b. Movimentação das reservas técnicas:

	2017	Movimento (*)	Pagamento	2018
<b>Provisões técnicas - resseguro aceito</b>				
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)	73.354	15.361	-	88.715
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	106.952	18.315	-	125.267
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	38.414	167.172	(132.539)	73.047
Provisão de excedentes técnicos (PET)	2.457	14.926	(4.782)	12.601
Provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC)	-	280	-	280
<b>Total</b>	<b>221.177</b>	<b>216.054</b>	<b>(137.321)</b>	<b>299.910</b>

(\*) Movimento líquido entre constituição e reversão das provisões técnicas, considerando a variação cambial conforme aplicável.

13. Desenvolvimento de sinistros ocorridos: A tabela abaixo demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores:

Rating (*)	Tipo contrato	Prêmio retrocedido líquido de comissão	
		2018	2017
AA-			
Patrimonial	Não proporcional	(36)	-
Responsabilidades	Não proporcional	(8)	-
Automóvel	Não proporcional	(589)	-
Riscos Financeiros	Não proporcional	(162)	-
Rural	Não proporcional	(758)	-
Marítimos	Não proporcional	(10)	-
Riscos Financeiros	Proporcional	(8.348)	-
Rural	Proporcional	(61.252)	-
<b>Total - vide nota explicativa 20.c</b>		<b>(114.826)</b>	<b>(90.491)</b>

(\*) Última avaliação disponível da Standard&Poor's, d. Administração de sinistros: A Companhia utiliza a política de regulação de sinistros adotada pelo Grupo SCOR. O controle da regulação de sinistros é responsabilidade do departamento de sinistros, apoiado tecnicamente pelas diversas áreas de subscrição especializadas em cada ramo. A descrição dos procedimentos operacionais e processos de regulação de sinistros consta na política interna de sinistros do Grupo, a qual requer avaliação de: • coberturas contratadas em relação à reclamação do sinistro; • exclusões aplicáveis (legitimidade de cobertura); • valores reclamados em relação à franquia aplicável e limites contratados; • tipo de ocorrência, providências tomadas, dimensões dos danos; • contratação de peritos ou envolvimento de especialistas ou advogados nos casos necessários. Respeitada a legislação brasileira, a Companhia determina para cada um dos seus contratos as cláusulas relacionadas às definições de sinistros, assim como valores e limites para a notificação de sinistros, cláusula de liquidação e cooperação de sinistros, despesas e honorários de regulação. Os prêmios ganhos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e de corretagem são:

Grupo	2018			2017		
	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Corretagem (%)	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Corretagem (%)
Patrimonial	4.134	79%	2%	6.707	150%	2%
Riscos Especiais	2	(33)%	10%	(2)	(50)%	10%
Responsabilidades	981	140%	2%	758	39%	4%
Automóvel	77.358	42%	-	57.673	99%	-
Transportes	-	3.509%	10%	15	(60)%	2%
Riscos Financeiros	16.348	60%	-	9.094	153%	-
Pessoas Coletivo	22.598	87%	3%	3.234	109%	-
Rural	97.843	49%	-	94.300	47%	-
Pessoas Individual	5.273	107%	0%	15.773	83%	5%
Marítimos	1.560	54%	4%	1.382	10%	7%
Outros (*)	60.662	101%	-	58.904	82%	-
<b>Total</b>	<b>286.759</b>	<b>64%</b>	<b>0%</b>	<b>247.838</b>	<b>77%</b>	<b>0%</b>

(\*) Classificação SUSEP para riscos no exterior, principalmente do ramo "Pessoas Coletivo". e. **Gestão de riscos financeiros:** Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que diminuem as receitas financeiras relativas a aplicações financeiras. A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, muito embora adote uma posição conservadora de suas aplicações financeiras. **Resultados da análise de sensibilidade:** Na presente análise de sensibilidade consideramos uma sensibilidade de 100 pontos-base para taxa de juros pré-fixada, a qual teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e expectativas de mercado para as variações dessa taxa, refletindo sobre o saldo dos instrumentos financeiros. **Impacto no patrimônio líquido/resultado**

Fator de risco	2018	2017
Elevação da taxa de juros	1.394	875
Redução da taxa de juros	(1.394)	(875)

**Parâmetro:**  
- 100 pontos-base na estrutura de taxas de juros SELIC vigente em 31 de dezembro de 2018. **Risco de crédito:** É o risco que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumprí-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos

prêmios de resseguro e dos créditos deitados juntos às instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, pode ser entendido ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pela área financeira da Companhia. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada pela Administração da Companhia.

	2018			
	Moody's	Fitch	S&P	Total
<b>Banco BNP Paribas Brasil S.A.</b>				
Equivalentes de caixa	Aa3	AA-	AA-	8.558
<b>Títulos Públicos Federais</b>				
LTN	Ba2	BB-	BB-	312.164
				<b>320.722</b>

	2017			
	Moody's	Fitch	S&P	Total
<b>Banco BNP Paribas Brasil S.A.</b>				
Equivalentes de caixa	-	-	BrAA-	20.999
<b>Banco Bradesco S.A.</b>				
Equivalentes de caixa	Ba2	-	Ba2	112
<b>Títulos Públicos Federais</b>				
LTN	Ba2	BB	BrAA-	188.421
				<b>209.532</b>

Obs: última avaliação das agências de rating Standard&Poor's, Moody's e Fitch Ratings disponível para o Banco Bradesco S.A., Banco BNP Paribas S.A. e República Federativa do Brasil. **Risco de liquidez:** A Companhia está exposta a riscos financeiros associados à sua carteira de aplicações. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Companhia utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. A gestão de riscos financeiros compreende a gestão do risco de mercado, liquidez e de crédito. A política de gestão de riscos da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar que perdas decorrentes de oscilações de preços venham a impactar os resultados de forma adversa. Desta forma, para mitigação do risco, a Companhia possui uma estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por títulos públicos de alta liquidez. O Grupo SCOR tem uma política de investimentos acordada com cada país onde são determinados os limites para correta gestão e mitigação dos riscos. Esta política de investimentos compreende os principais critérios e restrições de acordo com a regulação local e também de acordo com a política mundial do Grupo SCOR para investimentos. A tabela a seguir apresenta todas as classes de ativos financeiros e contratos de resseguro deitados pela Companhia e seus passivos, por vencimento:

	2018		2017	
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Total
<b>Ativos financeiros e de contratos de resseguro</b>				
<b>Pré-fixados</b>				
- Ativos financeiros	102.341	209.823	312.164	188.421
- Títulos Públicos	102.341	209.823	312.164	188.421
- Ativos de contratos de resseguro	322.812	19	322.831	193.232
- Prêmios a receber	173.969	19	173.988	91.540
- Outros créditos	(19.647)	-	(19.647)	76.488
- Créditos de sinistros pagos	3.572	-	3.572	3.146
- Ativos de resseguro	150.277	-	150.277	88.790
- Títulos e créditos a receber	14.641	-	14.641	2.068
<b>Pós-fixados</b>				
- Ativos financeiros	8.558	-	8.558	21.111
- Equivalentes de caixa	8.558	-	8.558	21.111
<b>Total de ativos</b>	<b>433.711</b>	<b>209.842</b>	<b>643.553</b>	<b>402.764</b>
<b>Passivos financeiros e de contratos de resseguro</b>				
<b>Pré-fixados</b>				
- Passivos financeiros	7.948	-	7.948	6.392
- Contas a pagar	7.948	-	7.948	6.392
- Passivos de contratos de resseguro	516.422	520	516.942	273.057

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras**  
A Administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

	2018		2017	
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Total
<b>Prêmio de retrocessão e corretagem a pagar</b>	<b>163.709</b>	<b>-</b>	<b>163.709</b>	<b>51.894</b>
Provisões técnicas - resseguradoras	278.569	520	299.910	221.177
Débitos de operações com seguros e resseguros	53.323	-	53.323	51.880
<b>Total de passivos</b>	<b>524.370</b>	<b>520</b>	<b>524.890</b>	<b>331.344</b>
<b>Liquidez total</b>	<b>(90.659)</b>	<b>209.322</b>	<b>118.663</b>	<b>71.420</b>

Conforme descrito na nota explicativa 3.b), a Companhia mantém instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda também para viabilizar uma rápida resposta à eventual necessidade de liquidez.

**20. Detalhamento de contas da demonstração de resultado:**

	2018	2017
a. Prêmios de resseguro:		
Prêmio emitido de resseguro aceito	407.025	329.452
(-) Comissão sobre prêmio emitido	(89.702)	(71.804)
	<b>317.323</b>	<b>257.648</b>
b. Sinistros ocorridos:		
Variação de IBNR	(15.246)	(33.891)
Sinistros incorridos por grupo contábil:		
Patrimonial	(2.035)	(11.050)
Responsabilidades	(65)	(113)
Automóvel	(39.460)	(33.273)
Riscos Financeiros	(73)	(6.906)
Pessoas Coletivo	(9.249)	(3.805)
Rural	(48.484)	(42.094)
Outros (*)	(62.588)	(50.992)
Pessoas Individual	(4.974)	(8.210)
Marítimos	(253)	(490)
	<b>(182.427)</b>	<b>(190.824)</b>

(\*) Classificação SUSEP para riscos no exterior, principalmente do ramo "Pessoas Coletivo".

c. **Resultado com retrocessão:**

	2018	2017
Receita com retrocessão	61.803	51.630
Despesa com retrocessão - prêmios de resseguros	(114.826)	(90.491)
Outros Resultados com Operação de Retrocessão (*)	162	51
	<b>(52.861)</b>	<b>(38.810)</b>

(\*) Receita de retrocessão de corretagem e variação da despesa de retrocessão.

d. **Despesas administrativas:**

	2018	2017
Pessoal próprio	(13.824)	(9.960)
Serviços de terceiros	(2.733)	(2.830)
Localização e funcionamento	(4.914)	(4.755)
Publicidade e Propaganda	(20)	(792)
Outras despesas administrativas	(386)	(625)
	<b>(21.876)</b>	<b>(18.962)</b>

e. **Despesas com tributos:**

	2018	2017
Impostos sobre operações de resseguros	(6.509)	(4.669)
Taxa de fiscalização SUSEP	(1.039)	(1.099)
Impostos federais e municipais	503	(476)
	<b>(7.044)</b>	<b>(6.244)</b>

f. **Resultado financeiro:**

	2018	2017
Receitas financeiras	17.862	17.775
Variação cambial	(4.180)	(2.261)
Outras receitas financeiras	450	504
Despesas Financeiras	(513)	(850)
	<b>13.618</b>	<b>15.168</b>

**21. Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. **22. Eventos subsequentes:** Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados desde a aprovação final dessas demonstrações financeiras por parte da Administração da Companhia, ocorrida em 27 de fevereiro de 2019.

Aos Diretores e Acionistas da **SCOR Brasil Resseguros S.A.** São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da SCOR Brasil Resseguros S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SCOR Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da

**Parecer dos atuários auditores independentes**

ção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

**Eduardo Wellichen**  
Contador CRC-1SP184050/O-6  
**ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S**  
CNPJ 03.801.998/0001-11  
CRC-2SP034519/O-6

**Outros Assuntos**  
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, referentes a prêmios e sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Todavia, essas divergências já são de ciência da Sociedade, a qual já está tomando providências para sua eliminação, além de não se constituírem em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

**Ricardo Pacheco**  
MIBA 2.679  
**ERNST & YOUNG SERVIÇOS ATUARIAIS S.S**  
CNPJ 03.801.998/0001-11  
CIBA 57

Membros da Diretoria	Contador responsável	Atuário responsável
<b>Eric Dannemann Lundgren</b> <b>Francisco Alves Correa de Toledo Neto</b> <b>Gilberto Kaoru Fujita</b>	<b>Rafael Zimmer Polking</b> <b>Sérgio Luis Maluf Horta</b>	<b>Alda Regina Bogado Fassbender</b> MIBA nº 1674
	<b>Daniela Sayuri Yamashita</b> CRC nº 1SP220901/O-3	